

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4103/2022-PGJ, DE 15.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Nova Andradina, Fabrício Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 15.8.2022, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4250/2021-PGJ, de 29.10.2021, que designou o Promotor de Justiça Paulo Henrique Mendonça de Freitas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4095/2022-PGJ, DE 15.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Conceder à 2ª Promotora de Justiça de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, licença integral para, com prejuízo de suas funções, frequentar curso de pós-graduação *stricto sensu*, programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no período de 8.8 a 16.12.2022, nos termos do voto da relatora, bem como do artigo 158 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e da Resolução nº 1/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016 (PGA nº 09.2022.00002475-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4121/2022-PGJ, DE 16.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Chapadão do Sul, Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da referida Comarca no período de 8.8 a 16.12.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4101/2022-PGJ, DE 15.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Coxim no julgamento dos Autos nº 0003379-52.2013.8.12.0011, no dia 18.8.2022; e tornar e tornar sem efeito a Portaria nº 3868/2022-PGJ, de 1º.8.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4102/2022-PGJ, DE 15.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Regina Célia de Araújo Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas revisões de matérias jornalísticas, notas e *posts* para mídias sociais da Assessoria de Comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 2086/2022-PGJ, de 5.5.2022, na parte que designou o servidor Leonardo da Silva Oba.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4073/2022-PGJ, DE 12.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora das Atas de Registro de Preços nºs 46/PGJ/2021, 47/PGJ/2021, 48/PGJ/2021 e 49/PGJ/2021, a partir de 29.3.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 137/2022-PGJ, de 18.1.2022, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/1656/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4074/2022-PGJ, DE 12.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente dos Contratos nºs 76/PGJ/2019 e 77/PGJ/2019, a partir de 29.3.2022; e revogar, a partir da referida data, as Portarias nºs 1960/2020-PGJ e 1962/2020-PGJ, ambas de 29.5.2020, nas partes em que se designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/3129/2019).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4076/2022-PGJ, DE 12.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Angela Rezende do Amarante, ocupante do cargo de Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, como gestora suplente do Contrato nº 168/PGJ/2021, a partir de 29.3.2022; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4191/2021-PGJ, de 28.10.2021, na parte que designou a então servidora Fabiane Barbosa da Silva (Processo PGJ/10/1727/2021).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 4080/2022-PGJ, DE 12.8.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Natascha Junko Sakamoto Costa, Chefe do Departamento de Auditoria Interna, e Fernanda Rocha Gonçalves, Assessora Jurídica, para, sem prejuízo de suas funções, acompanharem, por meio do sistema e-Prevenção, a implementação das ações previstas no roteiro de atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, PNPC, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, a partir de 1º.8.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4122/2022-PGJ, DE 16.8.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 109/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Requisitante – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Elaine do Nascimento Malheiros Freitas, Técnica I (PGA nº 09.2022.00007344-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0066/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem a substituir ou a quem a suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Notícia de Fato nº 01.2022.00004274-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de agosto de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 0067/2022/AOP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos de Inquérito Civil n° 06.2020.00000639-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de agosto de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0068/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo n° 02.2022.00083254-0, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de agosto de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0069/2022/AOP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 30 da Lei Complementar n° 72, de 18 de janeiro de 1994 e artigo 29, inciso IX, da Lei 8.625/93,

RESOLVE:

Delegar ao Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, que oficia perante a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã-MS, a quem o substituir ou a quem o suceder por promoção ou remoção, a atribuição para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Protocolo n° 02.2022.00067330-3, bem como nos feitos e ações judiciais decorrentes desse procedimento, conforme decisão lançada ao feito.

Campo Grande-MS, 09 de agosto de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3910/2022-PGJ, DE 2.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Magaly Carvalho Brunet por meio da Portaria nº e-156/2020-PGJ, de 2.10.2020, de forma que, onde consta “7 a 16.6.2021”, passe a constar “18 a 27.7.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3912/2022-PGJ, DE 2.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares à servidora Silviane Leite Pires do Espírito Santo, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 16.8 a 4.9.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3913/2022-PGJ, DE 2.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1467/2021-PGJ, de 12.11.2021, que concedeu férias à servidora Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, de forma que, onde consta “de 16 a 25.8.2022 e de 17 a 26.10.2022”, passe a constar “de 28.9 a 7.10.2022 e de 9 a 18.1.2023”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3921/2022-PGJ, DE 3.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas ao servidor Giovanni do Prado Azevedo por meio da Portaria nº e-1171/2021-PGJ, de 7.10.2021, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.11.2022, a serem usufruídas no período de 21 a 30.9.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3950/2022-PGJ, DE 4.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias concedidas à servidora Isabela Castro Almeida por meio da Portaria nº e-1044/2021-PGJ, de 14.9.2021, que seriam usufruídas no período de 17 a 26.8.2022, a serem usufruídas no período de 18 a 27.10.2022, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3951/2022-PGJ, DE 4.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-107/2022-PGJ, de 4.2.2022, que concedeu férias à servidora Nathalia Santa Catharina Poester, de forma que, onde consta “de 17 a 26.10.2022 e de 8 a 17.2.2023”, passe a constar “de 8 a 17.9.2022 e de 31.10 a 9.11.2022”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 4017/2022-PGJ, DE 9.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias regulamentares ao servidor Leonardo Navarro Dias Gonçalves, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 19 a 28.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, e do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-987/2022/PGJ, DE 16.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Camila Teixeira Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2022 e de 9 a 18.1.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.10.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-988/2022/PGJ, DE 16.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-153/2022-PGJ, de 17.2.2022, que concedeu férias à servidora Patricia Lima Rodrigues, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.9.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 9 a 18.1.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-989/2022/PGJ, DE 16.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Lilian Cristina Marques Dias, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 28.1.2023 e de 10 a 19.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-990/2022/PGJ, DE 16.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-943/2021-PGJ, de 17.8.2021, que concedeu férias à servidora Thais Mara Ferreira Domingos, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 30.1 a 8.2.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-991/2022/PGJ, DE 16.8.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Jose Carlos Domingos da Silva, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 13 a 22.10.2022 e de 23.2 a 4.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 6 a 15.3.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-992/2022/PGJ, DE 16.8.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Elpidio Junior Das Neves Lima, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 13.10 a 1º.11.2022, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 5 a 14.9.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/PGJ/2022****PROCESSO Nº 09.2022.00001463-2****UASG - 453860**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a reabertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 18/PGJ/2022 (Processo nº 09.2022.00001463-2).

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das subestações de transformação e grupos motogeradores de emergência instalados em prédios do Ministério Público Estadual situados nesta Capital.

- Abertura das propostas: dia 31 de agosto de 2022, às 14:30 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: www.gov.br/compras/

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 17 de agosto de 2022, por meio dos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/ ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS), das 13 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 08/07/2022:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Luiz Fernando Koyanagi;
- Suplente do Pregoeiro: Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Emerval Carmona Gomes;
- Fiscalização contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Engenharia/PGJ.

Campo Grande, 16 de agosto de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE003569 DE 04.08.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00005853-1**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: HPE Automotores do Brasil Ltda.

Procedimento licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços SRP nº 001/2022, do Pregão Eletrônico nº 003/2022/SEAF-MT, Processo nº 173279/2021, oriundo da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SEAF/MT.

Objeto: Aquisição de veículos de categoria “picape pesada”, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 1.394.046,99 (um milhão trezentos e noventa e quatro mil quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE003569, datada de 04.08.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/PGJ/2022

Processo: 09.2022.00007344-3

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- INSTITUTO AOCP, representado por sua Presidente, **Lilian Ravagnani Camilo**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prestação, pela Contratada, de serviço técnico-especializado na organização, sistematização e realização do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no cargo de Promotor de Justiça Substituto.

Valor total estimado: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000449, datada de 12.08.2022.

Vigência: 16.08.2022 a 16.08.2023.

Data de assinatura: 16 de agosto de 2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 03.034/2021 ENTRE O MPMS E O TJMS

Processos: 09.2022.00005351-4 (SAJ) - PGJ/10/1610/2021

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Presidente, Desembargador **Carlos Eduardo Contar**.

Amparo legal: Artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogar a vigência por 12 (doze) meses.

Vigência: 10.08.2022 a 09.08.2022.

Data da Assinatura: 8 de agosto de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BELA VISTA****EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****INQUÉRITO CIVIL 06.2020.00000595-8**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: José Carlos Hortense – Fazenda Tereré do Apa.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000595-8, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 35,81 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Tereré do Apa em Bela Vista/MS”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, José Carlos Hortense, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão de desmatamento ilegal de 35,81 hectares em área remanescente de vegetação nativa, em sua propriedade, Fazenda Tereré do Apa, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente pelo desmatamento de vegetação nativa, na propriedade rural Fazenda Tereré do Apa, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais) - cujo pagamento dar-se-á em parcela única, com vencimento para o dia 10 de agosto de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO: o valor deverá ser pago e destinado a Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, CNPJ: 21.911.658/0001-25, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil.

Bela Vista-MS, 16 de agosto de 2022.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

NIOAQUE**EDITAL Nº 09.2022.00007686-2**

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NIOAQUE/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo relacionado, que se encontra à disposição na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro, cidade e Comarca de Nioaque.

Procedimento Administrativo Nº 09.2022.00007686-2

REQUERENTE: Ministério Público Estadual

REQUERIDO: João Carlos Gomes Arguelho

ASSUNTO: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público e o requerido João Carlos Gomes Arguelho nos autos do IC n. 06.2018.00001601-8

Nioaque, 13 de agosto de 2022.

MARIANA SLEIMAN GOMES
Promotora de Justiça



NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2022.00000811-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina/MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840 e disponível para consulta de forma eletrônica: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000811-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Nova Andradina/MS, Câmara Municipal de Vereadores de Nova Andradina/MS, Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina - FUNSAU-NA

Objeto: Apurar possíveis irregularidades/ilegalidades no provimento dos cargos de Controladores Internos da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, da Câmara de Vereadores de Nova Andradina e da Fundação de Saúde de Nova Andradina-FUNSAU-Hospital Regional, ante a necessidade de provimento dos referidos cargos com servidores efetivos.

Nova Andradina/MS, 16 de agosto de 2022.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N.º 0017/2022/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001120-9 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2022.00007961-5

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valentin Pequim

Assunto: Acompanhar o Termo de Ajustamento de Conduta assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001120-9.

Rio Negro, 15 de agosto de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0018/2022/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001350-7 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2022.00007769-4

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Luiz Augusto Buzzo

Assunto: Acompanhar o Termo de Ajustamento de Conduta assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001350-7.

Rio Negro, 15 de agosto de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PEDRO GOMES

EDITAL N.º 0026/2022/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000852-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000852-0

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes

Requerido: Maria Augusta Tonial, Américo Domingos Tonial, Roberto Pedro Tonial, Deraldo Afonso Tonia

Assunto: Apurar a supressão de 7,65 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Cabeceira Comprida, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 288/22//NUGEO..

Pedro Gomes/MS, 15 de agosto de 2022.

THIAGO BARILE GALVÃO DE FRANÇA

Promotor de Justiça Substituto